

2022

Desenvolvimento e Mudança do Clima: o papel do Brasil na agenda ambiental-climática

Autor | Author

IZABELLA TEIXEIRA

WINSTON FRITSCH

ANA TONI

DANIELA LERDA

FRANCISCO GAETANI

Development and Climate
Change: Brazil's role in the
environmental-climate agenda

NÚCLEO
MEIO
AMBIENTE
E MUDANÇA
DO CLIMA

ENVIRONMENT AND CLIMATE CHANGE PROGRAM

 POLICY
PAPERS

CEBRI 
POLICY
PAPERS

“

O Brasil não está excluído da emergência ambiental-climática que pode levar a instabilidades nas áreas de segurança alimentar e hídrica ou na saúde pública global. Se ocupar da emergência ambiental-climática requer ações em rede, com escala e orientadas por realidades nacionais e subnacionais, além de sistemas de governança inovadores que permitam lidar com as nossas ambiguidades e tensões de curto prazo e promover soluções robustas e coerentes de curto e longo prazos.

”

Brazil is not excluded from the environmental-climate emergency that can lead to instability in the areas of food and water security or in global public health. Addressing the environmental-climate emergency requires connected actions, whose dimension and direction are given by national and subnational realities, as well as innovative systems of governance that allow us to deal with our short-term ambiguities and tensions and promote robust and consistent short-term and long-term solutions.

NÚCLEO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA CEBRI

O NÚCLEO TRATA DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA A INSERÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL, COM FOCO NA AMAZÔNIA, JUSTIÇA AMBIENTAL, INOVAÇÃO, MERCADOS DE CARBONO, E GOVERNANÇA.

CEBRI ENVIRONMENT AND CLIMATE CHANGE PROGRAM

THE PROGRAM EXAMINES THE ROLE OF CLIMATE CHANGE AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT IN BRAZIL'S INTERNATIONAL INSERTION, WITH A FOCUS ON THE AMAZON, ENVIRONMENTAL JUSTICE, INNOVATION, CARBON MARKETS, AND GOVERNANCE.

Especialistas | Experts

IZABELLA TEIXEIRA

Conselheira Emérita do CEBRI e Ministra do Meio Ambiente (2010-2016)
| Trustee Emeritus at CEBRI and Minister of the Environment (2010-2016)

WINSTON FRITSCH

Conselheiro Emérito do CEBRI e Secretário de Política Econômica no Ministério da Fazenda (1993-1994)
| Trustee Emeritus at CEBRI and Secretary of Economic Policy at the Ministry of Finance (1993-1994)

ANA TONI

Conselheira do CEBRI e Diretora-Executiva do Instituto Clima e Sociedade (ICS)
| Trustee at CEBRI and Executive Director of the Institute for Climate and Society (ICS)

FRANCISCO GAETANI

Senior Fellow do CEBRI e Professor da EBAPE/FGV
| Senior Fellow at CEBRI and Professor at EBAPE/FGV

DANIELA LERDA

Senior Fellow do CEBRI e representante do Brasil na Nia Tero
| Senior Fellow at CEBRI and Brazil Representative at Nia Tero

2022

NÚCLEO
MEIO
AMBIENTE
E MUDANÇA
DO CLIMA

ENVIRONMENT AND CLIMATE CHANGE PROGRAM

AS OPINIÕES E MANIFESTAÇÕES EXPRESSAS NESTE POLICY PAPER REPRESENTAM EXCLUSIVAMENTE AS OPINIÕES DOS SEUS AUTORES E NÃO, NECESSARIAMENTE, A POSIÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS (CEBRI), DOS SEUS INTEGRANTES OU DOS SEUS APOIADORES.

THE OPINIONS AND STATEMENTS EXPRESSED IN THIS POLICY PAPER ARE THOSE OF THE CONTRIBUTING AUTHORS ALONE AND DO NOT NECESSARILY REFLECT THE VIEWS AND POSITIONS OF THE BRAZILIAN CENTER FOR INTERNATIONAL RELATIONS (CEBRI), ITS MEMBERS OR ITS SUPPORTERS.

SUMÁRIO | TABLE OF CONTENTS

CENÁRIO ATUAL DO TEMA	3
PREMISSAS E DESAFIOS	11
RECOMENDAÇÕES	15
PALAVRAS-CHAVE	28
REFERÊNCIA	28
CURRENT SCENARIO	30
CHALLENGES	37
RECOMMENDATIONS	41
KEYWORDS	54
REFERENCE	54

Desenvolvimento e Mudança do Clima: o papel do Brasil na agenda ambiental-climática

O presente texto foi escrito ao longo de 2022, um ano de inflexão para o Brasil, para a política externa brasileira e para os compromissos ambientais multilaterais. As recomendações, desafios e premissas aqui apresentadas, por serem associados a processos de longo prazo, permanecem igualmente válidos, embora o texto não incorpore o significado que a eleição de Lula venha a ter sobre estas decisões. Consideramos pertinente, entretanto, acrescentar breves notas sobre os últimos meses do ano, nos quais o Brasil elegeu um novo presidente e foi realizada a COP27, no Egito. Tanto no discurso de vitória quanto em seu pronunciamento durante a COP27, no qual participou como convidado do governo egípcio, Luiz Inácio Lula da Silva destacou a centralidade que as políticas ambientais e climáticas terão em seu governo, e com um órgão climático no mais alto nível da administração pública. O Brasil está de volta à mesa das grandes definições globais sobre mudança climática, abandonando a postura negacionista e de pária defendida no governo que se encerra. Destaques especiais foram dados ao desmatamento na Amazônia, à primazia do multilateralismo e da governança global, e à necessidade de dar a devida atenção à justiça climática, com políticas específicas para os países mais vulneráveis. Lula anunciou que vai propor a primeira Cúpula dos Países Membros do Tratado de Cooperação Amazônica, ofereceu o Brasil para sediar a COP30 em 2025 numa cidade da Amazônia e reforçou a importância da relação Sul-Sul e em particular do acordo com Indonésia e Congo sobre florestas tropicais. O tema de combate as desigualdades e o racismo foram enfatizados por Lula como essenciais na luta contra as mudanças do clima também. Este tema se concretizou nas negociações da COP27 com a criação de um fundo para perdas e danos para os países mais vulneráveis, algo que vinha sendo demandado há anos. Apesar dos avanços, ainda que tímidos, os grandes desafios permanecem, a exemplo das reduções de incentivos aos combustíveis fósseis. O Brasil reassumirá seu lugar na diplomacia ambiental internacional, mas cada vez mais sua influência dependerá também do que for capaz de fazer no próprio país, condição necessária para recuperação da credibilidade internacional perdida nos anos recentes.

CENÁRIO ATUAL DO TEMA

O Brasil é um importante ator na estruturação da arquitetura internacional da agenda ambiental-climática. Nas décadas de 80 e 90, este protagonismo no multilateralismo ambiental esteve associado a uma estratégia de defesa de interesses nacionais, a fim de assegurar que o rumo das negociações não se tornasse uma ameaça à soberania brasileira. Em paralelo, o país buscou influenciar as negociações de forma a transformar a pauta em indutora do desenvolvimento, a exemplo da liderança nas Conferências Rio 92, Rio +20 e nas negociações e consecução do Acordo de Paris. Com esses objetivos em vista, nos momentos definidores da consolidação do regime ambiental-climático, o Brasil foi um líder histórico na formulação de conceitos estruturantes, como desenvolvimento sustentável, princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, Redução de Emissões provenientes de Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+) e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Em qualquer breve consulta a outros momentos de mudança e de evolução no multilateralismo ambiental-climático, revela-se um Brasil com atuação propositiva: idealizador de conceitos, construtor de pontes, articulador de consensos e promotor de diálogo. Os últimos quatro anos são marcados pela interrupção dessa trajetória, revelando um país distante, isolado no regime internacional e com sua política, ciência e diplomacia ambiental e climática fragilizada e sem relevância global. Tal quadro acabou por impactar e comprometer a sua posição histórica de liderança na formulação de diretrizes, além de retirar sua

possibilidade de influenciar (de fato) as negociações internacionais, de forma a buscar o equilíbrio entre as perspectivas estratégicas externas e os interesses nacionais. Os custos dessa virtual retirada das negociações multilaterais do clima são potencialmente imensos para o país, pois ocorreu quando a urgência climática gerava maior ativismo do setor corporativo e financeiro na busca de soluções, podendo ter consequências negativas para o aproveitamento dos imensos ativos ambientais do Brasil.

Desde o Acordo de Paris, o tema da mudança do clima extrapolou suas fronteiras científicas e ambientais e passou a influenciar interesses geopolíticos e a ordem econômica e financeira global, conferindo vantagens comparativas importantes aos países com sólida ambição de mitigação climática expressa em robustos e estruturados projetos econômicos orientados pela descarbonização ou a neutralização das emissões de gases de efeito estufa. No melhor momento para colher os frutos da riqueza ambiental brasileira e privilegiar a baixa emissão de carbono de setores chaves de nossa economia, transformando-as em vantagens competitivas, o retrocesso nacional quanto às questões ambientais e climáticas – em particular em relação ao controle do desmatamento na Amazônia –, leva o Brasil a ocupar lugar marginal nessa discussão global e passar a ser objeto de preocupação, sofrendo progressiva pressão política por parte da comunidade internacional.

Por outro lado, a crise do sistema multilateral ganha expressão política, econômica e social, e esse sistema passa a demandar revisão e ajustes urgentes para fazer frente aos desafios da crise ambiental planetária. A constatação da fragilização dos atuais

sistemas multilaterais para responder a crises de escala global, como as mudanças do clima, assim como as crescentes demandas de renovação e adequação à contemporaneidade das Nações Unidas, evidenciam a necessidade de repensar e repactuar a conexão entre responsabilidades nacionais e regionais com os desafios globais. Vivenciamos, portanto, um conjunto único de circunstâncias internacionais e regionais que exigem comportamentos inovadores, criativos e, até mesmo, audaciosos para o exercício de liderança política, segundo a perspectiva contemporânea da agenda ambiental global.

Os caminhos emergentes de um novo momento do sistema multilateral de cooperação apontam outras possibilidades para lidar com uma ordem global multipolar e para acelerar uma cooperação inclusiva. A conexão das trilhas de segurança econômica, do enfrentamento das desigualdades sociais (como uma parte integral da urgente renovação do contrato social) e de solução à tripla crise ambiental planetária – climática, de perda de biodiversidade e poluição – baliza a busca por uma sociedade menos vulnerável, menos desigual, mais resiliente e mais inclusiva. Evidencia também, sob essa perspectiva, que os caminhos da cooperação internacional não mais se limitam às relações entre governos, conferindo a outros atores da sociedade a corresponsabilidade de agir em escala e de maneira orientada, em particular os setores privados, entes subnacionais e organizações não governamentais. Embora a segurança econômica seja um conceito em desenvolvimento, demandante de análises adicionais, as recentes recomendações da UN-DESA [1] sinalizam o seu entendimento mais aprofundado e a sua integração às políticas de governo.

Uma nova mentalidade política é necessária para lidar com a emergente agenda global-planetária, na qual as atuais tensões geopolíticas e econômicas evidenciam os desafios da transição e da transformação dos processos de desenvolvimento impostos pelos potenciais limites, determinados pela natureza, à convivência e sobrevivência de uma população global da ordem de dez bilhões de pessoas. Mais do que nunca, revela-se estratégico para o futuro da humanidade uma real compreensão da perspectiva intergeracional, ou seja, uma maior clareza dos impactos e das implicações do envelhecimento da população, além da urgente necessidade de reversão, no presente, na ineficiência do uso de recursos naturais em todo o planeta. A inescapável convergência das eras do Antropoceno e digital-tecnológica deve se impor.

Em um momento em que o Brasil teria todas as condições para liderar uma transição condizente com os desafios contemporâneos, o país está isolado na agenda internacional. Na perspectiva regional, o enfraquecimento da integração e a perda de liderança na América do Sul geram a necessidade de renovação das relações com o entorno. Na região amazônica, o país não avançará na agenda ambiental-climática sem políticas integradas com os vizinhos da Pan-Amazônia. A região possui vantagens competitivas em setores que, se escolhidos como áreas estratégicas de desenvolvimento sustentável e de aquisição de capital político, poderiam posicionar os países estrategicamente no tabuleiro da geopolítica. No Cone Sul, a articulação de políticas ambientais e climáticas e estratégias próprias com os demais membros do Mercosul é condição indispensável para qualquer perspectiva de implementação efetiva do difícil acordo Mercosul-União Europeia e para fazer avançar outras rotas

de cooperação e de comércio internacional, notadamente nas relações Sul-Sul, por parte do bloco regional.

Em escala nacional, o país esmaeceu a sua trajetória internacional bem-sucedida na área ambiental-climática devido à erosão de suas políticas e das instituições ambientais e científicas nacionais. O esvaziamento do diálogo internacional, os traços de ruptura com os tradicionais parceiros de cooperação, assim como a ausência de processos bem-sucedidos ou articulados e eficientes na formulação e na gestão das políticas ambientais e climáticas determinam ao Brasil um protagonismo político marcado pelo fracasso e pelo retrocesso. A exclusão vai além do isolamento político, remetendo o país à condição de ator coadjuvante, à margem da centralidade política da agenda internacional e conduzido por interesses que expõem o seu apequenamento e a sua irrelevância política.

A recente mudança do governo brasileiro expressa na COP 26 (para a posição de “não mais bloquear” as negociações internacionais na área ambiental-climática) não é percebida como uma volta do Brasil para o jogo internacional já que uma diplomacia ambiental depende de uma sólida política nacional nesta área, e o que vemos é um total descasamento entre o discurso internacional e a prática a nível nacional. Por exemplo, ao mesmo tempo em que o Brasil aderiria ao Compromisso de Desmatamento Zero na COP 26, em Glasgow, os níveis de desmatamento no Brasil cresciam a passos largos, acompanhados do desmonte dos órgãos de comando e controle, como IBAMA e ICMBIO. Este descolamento da política nacional da narrativa internacional acaba por oferecer desgaste adicional, impactando a credibilidade, a confiança e a imagem do Brasil, marcando a falta

de seriedade dos atuais representantes do governo federal em guardar coerência entre os compromissos assumidos e as ações de fato praticadas.

A destruição da Amazônia com o avanço sem controle do desmatamento e do garimpo ilegal, a violação dos direitos dos povos tradicionais, o desmonte dos sistemas de gestão ambiental pública e o banimento dos espaços de participação da sociedade civil nos processos de discussão e de formulação de políticas públicas afins determinam uma exposição sem precedentes do país junto à comunidade internacional, comprometendo os espaços de diálogo e de construção de interesses comuns.

Esse quadro de esvaziamento do seu papel internacional nessa agenda leva a impacto e possível perda reputacional do Brasil com consequências ainda não mensuráveis para um necessário e urgente reposicionamento do país.

Ter uma posição forte na geopolítica ambiental-climática é fundamental já que estes temas têm papel central para um projeto de desenvolvimento próspero, inclusivo, de baixo carbono e sustentável, permitindo de fato um Brasil no futuro menos vulnerável e menos desigual. Enfrentar as mudanças do clima e adotar a sustentabilidade ambiental trazem benefícios concretos para nosso desenvolvimento que vão muito além do resgate de danos de imagem e reputacional. Infelizmente, por conta da perda do controle no desmatamento na Amazônia e no Cerrado, o país figura no conjunto dos dez países mais emissores de carbono, além de apresentar retrocessos nos objetivos de ambição de mitigação de gases de efeito estufa por se comprometer com aumento (e não redução) de emissões futuras no âmbito do Acordo de Paris.

A economia brasileira é muito vulnerável aos possíveis efeitos da crise ambiental-climática quando cerca de 50% do seu PIB baseia-se em produtos fortemente dependentes dos ciclos da natureza. Abundante em recursos naturais, o desperdício é uma marca do país com taxas expressivas de perda de florestas, de solos e de recursos hídricos, por exemplo. Na esfera internacional, registra-se que a segurança hídrica tem se tornado um tema estratégico de interesse nacional, regional e global definindo-se como um problema crítico para as dimensões econômica e social, além da ambiental.

O Brasil não está excluído da emergência ambiental-climática que pode levar a instabilidades nas áreas de segurança alimentar e hídrica ou na saúde pública global. Se ocupar da emergência ambiental-climática requer ações em rede, com escala e orientadas por realidades nacionais e subnacionais, além de sistemas de governança inovadores que permitam lidar com as nossas ambiguidades e tensões de curto prazo e promover soluções robustas e coerentes de curto e longo prazos. Não podemos perder de vista que nossos imensos recursos potenciais na geração de energia limpa de forma eficiente e em soluções baseadas na natureza, torna a transição uma oportunidade única de gerar um ciclo de investimentos transformador para a economia brasileira.

Ao praticar os atuais retrocessos e insistir numa falta de visão do que é preciso fazer e da ordenação do tempo que é curto, o Brasil não somente desalinha-se com o resto do mundo como também deixa escapar a oportunidade de conceber uma ideia contemporânea de país, considerando as suas singularidades, adotando comportamentos audaciosos, além de uma relação afirmativa com o tempo. Essa falta de visão de um Brasil singu-

lar, de baixo carbono e inclusivo nos apegue como sociedade e nos tira do mundo contemporâneo. É preciso pensar por conta própria e não imitar ou temer outros países. E para isso é necessário rever posturas frente às desigualdades sociais e ambientais e ter interlocução internacional com voz própria. É importante saber que os deuses se movem e não abençoam sempre o mesmo lugar. O mundo mudou. O Brasil precisa mudar.

PREMISSAS E DESAFIOS:

A perspectiva de um sistema multilateral em rede impõe caminhos desafiadores de modelos de governança internacional, além de evidenciar a crise com a natureza como um tema prioritário, de forte impacto de transformação e de urgente solução. Embora seja importante ter a sua longevidade reconhecida sem que isso signifique a sua regeneração automática, é notório que o sistema multilateral precisa ganhar eficiência, diversidade e inclusão. A crise que afeta a humanidade requer não somente uma nova relação com a natureza e o planeta, e uma nova relação do meio ambiente com a economia, mas talvez uma outra expressão de Humanismo e de solidariedade internacional.

Os desafios do Brasil demandam a superação de tensões no campo ambiental-climático que reeditam, nos tempos atuais, os erros do passado. Para superarmos nosso subdesenvolvimento histórico, teremos que pensar no desenvolvimento socioeconômico brasileiro a partir de nossas vantagens comparativas ambientais e investir massivamente em educação e pesquisa para que possamos agregar valor a nossa natureza e biodiversidade. É preciso deixar para trás os retrocessos que excluem um futuro mais justo e menos vulnerável e lidar com realidades desafiadoras como a frágil cooperação eficaz entre as instituições internacionais. Há de se reconhecer que as mudanças que marcam a vida contemporânea não necessariamente encontram na dimensão internacional arranjos de governança e de instituições preparadas para lidar com elas. Os desafios da era digital-tecnológica são representativos desse quadro.

O desafio é expressivo, mas o Brasil tem todas as condições de liderar uma transição para uma economia alinhada com o enfrentamento das crises climática, econômica e social. Para tal, os atores políticos precisam demonstrar que compreendem que a crise ambiental-climática não é isolada das múltiplas crises sociais e econômicas. Também por isso, é preciso ir além da atuação governamental. Portanto, este não deve ser um debate restrito à pasta ambiental do governo federal, mas precisa incluir de fato os múltiplos atores da sociedade e do governo no processo de tomada de decisão sobre o desenvolvimento do país que leve à redução de emissões – com o fim do desmatamento e aceleração da transição energética e industrial e uma agricultura regenerativa – ao mesmo tempo em que promova oportunidades econômicas e redução de desigualdades. O Brasil precisa ambicionar a descarbonização da sua economia e deixar no passado o desmatamento e a erosão das suas instituições. É urgente que o debate político democracia e clima oriente o engajamento político da sociedade brasileira, dos partidos políticos e das instituições do legislativo e do judiciário. Essa mudança de visão de mundo e de comportamento individual e coletivo não mais deve se limitar aos alertas da ciência. É urgente que se avance nas redes de interesse que mobilizam a formulação de políticas públicas e a sociedade nas suas escolhas de representação política.

A responsabilidade comum de sociedades e governos ganha novos contornos e desafia o debate internacional. Apesar do Brasil mostrar-se distante ou à margem dos palcos desse debate de renovação do multilateralismo sob a perspectiva governamental, cabe ressaltar a atuação internacional assertiva da sua sociedade civil, dos setores privado e financeiro e às suas instituições científicas.

Pode se revelar equivocada a adoção de posição distante e, por vezes, antagônica das dinâmicas globais que envolvem os temas ambientais e climáticos. Observa-se que as ações que buscam pelo vigor do sistema multilateral operam em rede, não mais em silos, e que os processos se conectam, como no caso da renovação do sistema de comércio internacional.

Também parece grave ignorar o valor para o Brasil contemporâneo dos seus ecossistemas florestais. A Amazônia protegida é peça fundamental à segurança climática do mundo, às novas economias verdes (e incentivos econômicos e financeiros associados), ao crescimento econômico, à inclusão social e à transição justa nacional. Não faz qualquer sentido buscar a obstrução das relações de poder com os agentes de transformação da economia internacional, assim como não há ganhos em articular os termos dos interesses nacionais sob argumentos de ameaça à soberania. O patrimônio ambiental da biodiversidade brasileira está sendo dizimado pelo crime ambiental praticado por brasileiros. Esse patrimônio do povo brasileiro é o algoritmo para a segurança econômica do Brasil e com externalidades positivas regionais e globais.

É, ainda, estratégico lidar com *curto-prazismo*, uma barreira que adia, posterga o futuro. Segundo a ciência, não há muito tempo para se comprar. Além de tirar o país do jogo global e comprometer a adoção de sistemas de governança pública e privada orientados por ação em rede, transparência, confiança e democracia, o Brasil fica aquém do Brasil. Não entende as suas singularidades, imita muito mal os outros países e rejeita a sua vocação de potência ambiental-climática na transformação do mundo orientada pela neutralização de carbono e a descarbonização das suas trajetórias de desenvolvimento.

Por fim, cabe entender que o pano de fundo da nova ordem internacional tem a geopolítica climática como um dos seus elementos balizadores de expressão de poder e de importância global. Para o Brasil, a sua brasilidade transcendente é expressa pelos seus ativos ambientais e culturais e pela ambição política determinada pelas suas florestas tropicais – Amazônia e Mata Atlântica e os demais biomas biodiversos – Cerrado, Pampa, Caatinga e Pantanal. A ideia de um Brasil melhor e mais justo no futuro passa pela afirmação audaciosa das nossas singularidades e por um diálogo internacional pautado pela assertividade em relação às soluções adotadas e ao tempo. Não há mais espaços para retrocessos e para adiamentos. As eventuais contradições do Brasil que sabe lidar com a urgência do presente devem estar orientadas por escolhas balizadoras de um futuro de baixo carbono e não pelo passado. O Brasil precisa pactuar a sua ambição climática entendendo a dimensão intergeracional e o seu compromisso de estar melhor no futuro. Essa trajetória de um país melhor no futuro (e não um país do futuro) precisa estar pactuada com a sua sociedade e orientar-se por uma rede de interesses estruturante de alianças políticas aqui e no exterior. Assim como não há dois Brasis, não há dois planetas Terra.

As recomendações a seguir orientam-se pela necessidade do Brasil ser um país que pensa por conta própria, que não se isola no passado, que constrói alianças e parcerias com os brasileiros e com a comunidade internacional, além de buscar assegurar a sua identidade política na credibilidade intergeracional de sua governança democrática. As medidas sugeridas passam pelos domínios da política externa e da diplomacia brasileira e das novas dinâmicas de cooperação internacional que envolvem atores públicos, privados e a sociedade civil.

RECOMENDAÇÕES:

REPOSICIONAR A POLÍTICA AMBIENTAL-CLIMÁTICA COMO UM DOS TEMAS CENTRAIS DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO DO BRASIL E DEFINIR A VISÃO ESTRATÉGIA DA DESCARBONIZAÇÃO DO PAÍS

Para que o Brasil possa cumprir, nos prazos determinados, os compromissos internacionais assumidos no âmbito do Acordo de Paris e da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), é imperativo estruturar uma visão estratégica com metas de curto, médio e longo-prazo. Esse planejamento deve estar baseado no fortalecimento institucional dos órgãos responsáveis, avanços nas transições energéticas e industrial e a incorporação efetiva da agenda climática na agenda política. Para tal, recomenda-se considerar os seguintes temas:

- » Para racionalizar recursos e dinamizar a implementação, **o planejamento da descarbonização do país deve ser baseado no levantamento e mapeamento do atual “estado da arte”**. Algumas ações necessárias são: a) compilar dados inteligíveis e baseados em metodologias cientificamente reconhecidas que demonstrem a situação de emissão do Brasil; b) elaborar planos de implementação de metas de redução de emissões e de adaptação à mudança do clima, considerando também incorporar à política

climática e à NDC os compromissos setoriais assumidos fora do escopo do Acordo de Paris; c) na governança política brasileira, mapear funções e mandatos de órgãos, agências e estruturas existentes para evitar lacunas e sobreposição descoordenada; d) identificar quais órgãos são os mais capacitados para planejar e implementar os esforços necessários para o cumprimento das metas do país, dotando-os dos recursos financeiros e humanos para efetivar os compromissos; e) detalhar e analisar a macrogovernança na gestão territorial do país e sua compatibilidade com modelos nacionais de desenvolvimento, contemplando políticas voltadas a florestas, reflorestamento, uso do solo, agricultura, pecuária, bacias hidrográficas e gestão da água, irrigação, abastecimento e usos múltiplos, modelos de gestão, financiamento, poder de polícia e deveres do Estado.

» **Promover um debate aprofundado e participativo sobre as possibilidades e viabilidades da elaboração de políticas públicas climáticas e ambientais no Brasil, com vistas à elaboração de um *Brazilian Green New Deal*. É necessário que o país explore a possibilidade de estruturar *roadmaps* para os setores chaves para a descarbonização, sobretudo enfatizando a necessidade de metas setoriais, intermediárias e com custos estimados, incluindo os desafios da progressividade da ambição climática do Brasil e as estratégias de implementação da agenda de mitigação e adaptação até 2025. Deve ser parte imprescindível desse esforço uma abordagem que enfatize a superação das desigualdades sociais.**

» É preciso discutir em maior profundidade junto à comunidade internacional as boas práticas globais relacionadas com o desenvolvimento sustentável urbano com **atores subnacionais**. A sustentabilidade das cidades é uma importante agenda internacional urbana a ser explorada e debatida, em consonância com o 11º ODS da Agenda 2030. Nessa linha, **estados e municípios também devem adotar políticas e compromissos climáticos**. Apesar da participação ativa do governo federal ser imprescindível, já que a política regulatória, que é de sua responsabilidade, é um pilar da transição ecológica, os governos subnacionais são os responsáveis pela gestão de serviços públicos que impactam diretamente os resultados nacionais, a exemplo dos setores de transporte, saneamento e gestão de resíduos.

» Complementando sua NDC (sigla em inglês para Contribuição Nacionalmente Determinada) o Brasil deve também apresentar um Plano de Transição Justa detalhando não só os planos setoriais de mitigação, mas também como estes planos vão impactar os grupos mais vulneráveis e os trabalhadores e que tipo de apoio seria necessário da comunidade internacional para assegurar uma transição social e economicamente viável. Da mesma forma, idealmente este plano deve apresentar as oportunidades criadas a partir da transição, fomentando um novo modelo econômico, alinhado ao aumento de ambição da NDC brasileira e seus instrumentos de implementação. O contexto estratégico é o de conectar visão e ações considerando os contextos globais de segurança climática, alimentar e nutricional, energética, hídrica e social-humana. O Brasil

é um país com soluções para a crise ambiental-climática. Não pode e não deve apequenar os interesses e a ousadia de agir e fazer agir.

REPOSICIONAR A AMAZÔNIA BRASILEIRA NO DEBATE SOBRE DESENVOLVIMENTO DO PAÍS E, CONSEQUENTEMENTE, NA POLÍTICA EXTERNA – COM ESPECIAL ATENÇÃO À PAN-AMAZÔNIA

A Amazônia põe o Brasil no mundo e tem papel-chave na segurança climática do planeta. A sua acelerada degradação e a ameaça do seu ponto de não retorno vulnerabilizam a posição do país na geopolítica do clima. No atual século, o protagonismo político e econômico brasileiro no contexto internacional demanda uma nova visão para promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia, de respeito aos povos originários e tradicionais, além de sua integração ao Brasil contemporâneo na trilha de uma transição justa e inclusiva. Os processos coordenados de integração regional da América do Sul e/ou alianças transnacionais com países detentores de ativos florestais, no âmbito de uma inovadora cooperação Sul-Sul, têm na Amazônia centralidade e apelo inegável. Se, há algumas décadas, o debate era restrito a nichos e fóruns específicos, atualmente o fortalecimento do papel e do peso da agenda tornam inverossímil relegá-la a um espaço de *low politics* e desconectá-la dos demais debates globais. A agenda da sustentabilidade contemporânea não está mais confinada nos limites da preservação e, progressivamente, abrange a tripla crise planetária ambiental-climática: a ruptura climática, a perda de biodiversidade e o aumento da poluição e da degradação ambiental.

Em relação à emergência climática, especial atenção deve ser dada às florestas e aos oceanos, pelo seu papel de equilíbrio ecossistêmico e sequestro de carbono. No Brasil, há particular vulnerabilidade em ambas as agendas, a exemplo dos crescentes riscos à Amazônia, às formações florestais do Cerrado, à zona costeira e aos ecossistemas marinhos. No caso da região amazônica, para além da necessidade inquestionável do investimento em atividades de combate ao desmatamento e de monitoramento, é essencial retomar e resgatar a centralidade da estruturação do futuro da Amazônia, contemplando os desafios da floresta em pé, a sua restauração e o planejamento de novos arranjos de gestão pública e privada. Fazem parte desse esforço a redefinição da governança da gestão territorial entre Governo Federal, estados e municípios, as estratégias de segurança pública e de defesa nacional, a emergência das novas economias verdes, os marcos regulatórios de destinação e de demarcação de terras públicas, as estratégias de regeneração de territórios abandonados, com atenção à agenda das Soluções Baseadas na Natureza (NBS) e o potencial de estoque e remoção de carbono. Adicionam-se a esse contexto, a demanda por novas plataformas de políticas públicas de proteção socioambiental e de controle da poluição, em particular em relação ao uso do mercúrio ligado às práticas de garimpo ilegal e a respectiva contaminação de cadeias alimentares com impacto na saúde das populações locais.

No planejamento e uso dos territórios urbanos, os desafios compreendem maior segurança pública para a população local, a geração de empregos, as políticas de conservação da biodiversidade e de segurança hídrica e o bem-estar dos amazônidas com base nos seus valores e realidades culturais. Uma nova vi-

são alicerçada pela economia de baixo carbono deve acolher o papel de segurança alimentar da agricultura tropical brasileira, da agricultura familiar ao agronegócio. A pecuária e sua competitividade demandam atenção especial na estratégia brasileira para banir o desmatamento, na rastreabilidade das cadeias de valor, na sua relação com o comércio nacional e internacional. A emergência de uma bioeconomia 4.0 tem vocação na Amazônia e é demandante de processos estruturados de políticas públicas e de modelos de negócios nos segmentos da ciência e inovação e na comercialização de *bioprodutos*.

PROMOVER UMA POLÍTICA SUL-AMERICANA, COM FOCO NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL PARA A DESCARBONIZAÇÃO E A REDUÇÃO DE DESIGUALDADES

Para que o Brasil e o restante da América do Sul avancem na agenda ambiental-climática, é necessário refletir sobre as possíveis vias para fortalecer uma narrativa multilateral regional em prol de uma ação coordenada. Tendo em vista a urgência imposta pelas múltiplas crises contemporâneas e a ausência de tradição de construção de posições comuns entre os países da região nessa temática, talvez o caminho promissor seja pensar em políticas convergentes – mas não necessariamente consensuais – e em possíveis trajetórias compartilhadas, visto que desafios impostos pela natureza não obedecem às fronteiras geográficas e demandam políticas específicas e em escala. Nessa linha, alguns eixos estratégicos podem ser observados:

- » No âmbito da governança regional, é necessário reformar os espaços político-institucionais existentes levando-se em consideração a emergência de sistemas de governança climática que não mais se limitam aos atores públicos. **O Mercosul, o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) e o Acordo de Escazú revelam-se** pouco alinhados com o enfrentamento à tripla crise ambiental planetária e a necessária integração entre as agendas de clima e biodiversidade.
- » No centro de uma estratégia regional sul-americana, é importante articular um **plano de descarbonização e integração energética regional** a partir da redução dos combustíveis fósseis – ainda amplamente explorados e utilizados na região – em direção a fontes limpas, nas quais a grande maioria dos países detêm potencial de desenvolvimento. Além disso, é necessário que os países sul-americanos viabilizem formas de harmonização, implementação e aperfeiçoamento de sistemas nacionais de contabilidade e controle de emissões, pois a sua ausência ou limitação operacional dificulta a criação de políticas de redução de emissões e inventários em nível regional. Outros elementos centrais são a implementação de instrumentos comuns de gestão ambiental pública como leis de marco regulatório do clima e de biodiversidade, planos de neutralidade de carbono e suas respectivas ambições traduzidas nas NDCs, além de visão comum de vulnerabilidades de territórios regionais e a implantação de processos de adaptação junto aos setores econômicos-chave da região e de sistemas resilientes de infraestrutura urbana e digital.

Ratificar o Acordo Regional sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Acesso à Justiça em Assuntos Ambientais na América Latina e no Caribe (conhecido como Acordo de Escazú), um mecanismo para garantir a maior participação pública em decisões ambientais e justiça ambiental.

INSERIR A AGENDA AMBIENTAL-CLIMÁTICA DE MANEIRA CENTRAL NO DIÁLOGO BILATERAL E MULTILATERAL E NA SUA VISÃO DE POLÍTICA EXTERNA

É essencial que o Brasil restabeleça os canais de diálogo e reconstrua as relações de confiança com a comunidade internacional, com os doadores, com os bancos multilaterais, com as agências das Nações Unidas e com a comunidade financeira internacional para avançar na sua ambição de mitigação e de adaptação e de conservação da biodiversidade. O aproveitamento dos espaços de diálogo multilaterais, regionais e bilaterais é uma condição para que o Brasil renove seus compromissos, mostrando-se ativo e protagonista do debate global sobre mudança climática e de proteção socioambiental. Nesse contexto, parece oportuno que o país repense e reestruture o seu engajamento bilateral e a formação de alianças, inclusive a possibilidade de acessão à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O país deve inserir a agenda ambiental-climática nos diálogos de alto nível e nos memorandos de cooperação com parceiros estratégicos como Estados Unidos, Alemanha, Reino Unido, Noruega, China, Índia, África do Sul e Indonésia, além, é claro, da América Latina, já mencionada. Na perspectiva mul-

tilateral, o Brasil deve rearticular sua inserção nos espaços emergentes ou consolidados de cooperação internacional, a relação com o Sul Global e G77, G20, BRICS, IBAS e BASIC.

ESTIMULAR E REESTRUTURAR O SISTEMA DE FINANCIAMENTO CLIMÁTICO E SEUS DIVERSOS INSTRUMENTOS

A consecução das metas do Acordo de Paris e adoção do Pacote de Glasgow demandam políticas que permitam o engajamento dos setores público e privado no investimento e no financiamento das soluções resilientes e de longa duração. Para isso, é essencial que o Brasil esteja alinhado, a partir da sua ambição de mitigação climática, com trajetórias de desenvolvimento que não levem a ambiguidades ou a retrocessos nas suas perspectivas estratégicas de neutralização de emissões. É que tenha um portfólio de projetos que possibilitem o desbloqueio dos investimentos necessários ao enfrentamento das mudanças do clima e à promoção de novos caminhos de crescimento econômico e inclusão social.

A emergência climática expressa o atraso na adoção de medidas globais para o enfrentamento e adaptação às mudanças do clima. A urgência do aquecimento do planeta determina o agir imediato por parte de países e de suas sociedades, o que requer estratégias de investimentos e de financiamento de projetos com escala e qualidade. A envergadura da demanda por financiamentos compreende resiliência e adaptação, a transformação econômica no contexto de uma transição justa, inovação para a

consecução da neutralização das emissões de carbono e a proteção e restauração do capital natural.

Esses caminhos demandam soluções não somente circunscritas ao dinheiro público. A importância de aperfeiçoar os mecanismos de mercado existentes para acesso ao capital privado, assim como o desenvolvimento de mercados de carbono dedicados e a mudança no patamar dos financiamentos dos bancos multilaterais de desenvolvimento sempre estiveram na ordem do dia e devem avançar nos próximos dois anos em esquemas de *blended finance*. E, especialmente em iniciativas de Soluções Baseadas na Natureza (NBS, da sigla em inglês), é necessário buscar outras modalidades de financiamento e outros atores, como a filantropia e fundos de investimentos associados. As finanças climáticas influenciarão cada vez mais as finanças do desenvolvimento cujos fluxos de recursos envolvem grande diversidade de atores e de dinâmicas de decisão.

As cadeias globais de suprimentos e os caminhos dirigidos pela plataforma ESG (*Environmental, Social and corporate Governance*) podem também ser essenciais para o salto de investimentos e de financiamento que o Brasil demanda para a sua trajetória de baixo carbono. A conexão da agenda de financiamento verde e climático possibilita ainda que o país avance no campo das novas economias, notadamente a bioeconomia e a circular, possibilitando avanços numa transição justa dos seus processos de mitigação e de resiliência. A crescente pressão sobre as grandes corporações para reportarem emissões do Escopo 3 deverá gerar crescente interesse de pequenas e médias empresas em programas de descarbonização

Ainda na proteção do capital natural, a racionalização do uso de recursos financeiros e naturais por meio do incentivo às NBS faz do Brasil um demandante importante. Utilizar a própria natureza como solução para o equilíbrio ecossistêmico tem o efeito duplo de promover a sua preservação e apresentar a melhor relação custo-benefício quando comparada com ações exógenas. As NBSs têm o potencial fornecer benefícios para a manutenção da biodiversidade; reforçar o vínculo das comunidades locais com os recursos naturais do território; e atrelar fontes de financiamento público com investimentos privados. É uma agenda que demanda a estruturação de novos modelos de negócios, uma regulação eficiente pelo setor público e uma performance comprometida por parte do setor privado.

ANALISAR E APROFUNDAR NOVOS SISTEMA DE GOVERNANÇA CLIMÁTICA, CONTEMPLANDO OS DESAFIOS DA TRANSIÇÃO JUSTA, CONVERGÊNCIA DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, FORTALECIMENTO DA DEMOCRACIA E IMPACTOS INTERGERACIONAIS

Em um momento de crise da democracia, é essencial compreender que esta não se manifesta somente nos períodos eleitorais, mas, sobretudo, durante os mandatos, por meio de mecanismos de participação como comissões parlamentares, prestação de contas e transparência, acesso à informação, liberdade de imprensa, e espaço para diálogo com a oposição, por exemplo. No nexos entre clima e democracia, a qualidade desta e a consciência dos **impactos assimétricos que a questão ambiental-climática**

impõe à humanidade são assuntos centrais. Contudo, geralmente, a agenda ainda é majoritariamente apresentada como isolada das agendas de democracia e desenvolvimento, mesmo que todas exijam progressiva conectividade. Sendo assim, é necessário:

- » **Nacionalmente, reforçar a governança climática** por meio de iniciativas como a criação de uma Secretaria de Clima, com *status* ministerial, que responda diretamente à Presidência e possibilite a participação de todos os Ministérios e de organizações como o BNDES e o sistema nacional de fomento.
- » **Internacionalmente, repensar modelos de governança global, para além da UNFCCC.** Uma possibilidade a ser explorada é o formato Just Energy Transition Partnership (JET-P), implementado em países como África do Sul e Indonésia.
- » **Fortalecer mecanismos de participação da sociedade civil, não restrita somente aos movimentos tradicionalmente ambientalistas,** inovando ao estabelecer novos formatos de tomada de decisão nos quais múltiplos atores tenham participação direta e efetiva.
- » Para promover o avanço transversal da agenda, é imperativo incluir os direitos ambientais na agenda dos direitos humanos e dos direitos civis, por meio da elaboração de políticas para migrações climáticas, combate às desigualdades sociais, raciais e de gênero, fortalecimento do protagonismo dos povos indígenas e a ascensão do conceito de cidadania climática.

» Os arranjos de governança climática devem considerar o alinhamento com a Constituição Federal quando da análise do impacto regulatório, ou seja, permitir um correto dimensionamento, além de dotar essa análise de transparência sobre o impacto da ação do Estado em assunto de interesse geral dos agentes econômicos, consumidores, usuários de serviços prestados e a sociedade em geral. Parece relevante e essencial que os arranjos de governança climática levem a processos de tomada de decisão que considerem levantamentos sobre os custos das ações climáticas e os seus efeitos sobre os setores econômicos e sobre a vida das pessoas. Os benefícios assim como os eventuais ajustes finos ou o equilíbrio possível devem fazer parte dos processos de governança pública climática.

A partir das recomendações apresentadas acima, conclui-se que é de extrema importância que o próximo governo seja consciente que atuar na agenda ambiental-climática de forma propositiva é inescapável para a consecução dos objetivos nacionais do Brasil. Meio ambiente e clima não pode ser dissociados dos debates sobre desenvolvimento, combate à pobreza, saúde, energia, renda, segurança alimentar, planejamento urbano e de direitos humanos, dentre outros que impactam diretamente o bem-estar das populações. Somente assim será possível construir uma realidade em que todos os temas sejam vistos de forma interconectada e priorizados na elaboração de políticas públicas, sobretudo da política externa do país. A crise climática e ambiental é, sobretudo, uma discussão de desenvolvimento e de economia política internacional.

PALAVRAS-CHAVE

Meio Ambiente. Mudança do Clima. Amazônia. Desenvolvimento

REFERÊNCIA

[1] UN-DESA,

The United Nations High-Level Advisory Board on Economic and Social Affairs, *Six Big Questions for the Global Economic Recovery – The UN-High Level Advisory Board Q&A Compendium*, 2022 United Nations, NY.

Development and Climate Change: Brazil's role in the environmental-climate agenda

This policy paper was written over the course of 2022 — a year of change for Brazil, Brazilian foreign policy, and multilateral environmental agreements. The recommendations, challenges, and assumptions presented here remain equally valid as they follow long-term processes, although the text does not consider the impact of Lula's victory on these decisions. However, we deem it pertinent to add brief remarks on the year's final months, over which Brazil elected its new President and Egypt held the COP27. Both in his victory speech and his COP27 address — where he participated at the invitation of the Egyptian government — Luiz Inácio Lula da Silva emphasized the centrality that environmental and climate policies will have in his government, and that a climate agency will sit at the highest level of public administration. Brazil is back at the negotiating table of the great global discussions on climate change — it will abandon the denialist and pariah attitudes of the outgoing government. The President-elect emphasized Amazon deforestation, the importance of multilateralism and global governance, and the need to give due attention to climate justice, with specific policies for countries most vulnerable. He announced that he would propose the first Summit of the Amazon Cooperation Treaty member countries, offered his country to host COP30 in 2025 in the Amazon, and reinforced the importance of the South-South relationship, particularly the agreement with Indonesia and Congo on tropical forests. Lula stressed the importance of combating inequalities and racism as essential in the efforts against climate change. This theme became concrete in the COP27 negotiations with the loss and damage fund created for countries most vulnerable — something that had been requested for years. Despite advances, albeit timid, major challenges remain, such as reducing incentives for fossil fuels. Brazil will reclaim its place in international environmental diplomacy, yet more and more will see its influence depend on what it can do domestically as a necessary condition for regaining its international credibility lost in recent years.

CURRENT SCENARIO

Brazil is an important player in the design of the international environmental-climate agenda. During the eighties and nineties, this leading role in environmental multilateralism was related to a strategy of defending national interests to ensure that the course of negotiations did not become a threat to Brazilian sovereignty. At the same time, the country sought to influence negotiations towards a development-inducing agenda, as in the roles undertaken during the Rio Conference and the Rio+20 Conference, as well as in the negotiations and outcomes of the Paris Agreement. With these goals in sight, during the defining moments of consolidation of the environmental-climate regime, Brazil had an important part in the formulation of structural concepts, such as sustainable development, common but differentiated responsibilities, REDD+ and the Sustainable Development Goals (SDGs).

Looking at other moments of change and evolution in the environmental-climate multilateral arena, we see a proactive Brazil: a country that develops concepts, builds bridges, achieves consensus and promotes dialogue. The last four years were marked by an interruption of this path, revealing a distant country, isolated within the international regime and one with fragile environmental-climate diplomacy, science and policies, and globally irrelevant. This scenario affected Brazil's historical leading role in developing guidelines, as well as preventing it from being able to (actually) influence international negotiations to attain a balance between external strategic perspectives and

national interests. The costs for the country of this virtual removal from multilateral climate negotiations are potentially enormous, since it occurred when climate urgency was generating greater activism of the corporate and financial sectors in the search for solutions, which could lead to negative consequences for the use of Brazil's huge environmental assets.

Ever since the Paris Agreement, the issue of climate change has gone beyond its scientific and environmental borders and has been influencing geopolitical interests and the global economic and financial order. It awarded significant comparative advantages to countries with solid climate mitigation ambitions, seen in robust and structured economic projects based on decarbonization or neutralization of greenhouse gases. At the very best moment for reaping the benefits of the Brazilian environmental wealth and favoring low-carbon emission of key sectors of our economy, transforming them into competitive advantages, the national retreat on environmental and climate issues - and particularly with respect to controlling deforestation in the Amazon - led Brazil to stand at the sidelines of the international community. Brazil became a source of concern and it experienced increasing political pressure by the international community.

On the other hand, the crisis of the multilateral system has growing political, economic and social effects, requiring urgent review and adjustments to be made to address the global environmental crisis. Awareness of the fragile condition of current multilateral systems to respond to global crises, such as climate change, as well as the growing demands for renovation and adaptation of the United Nations to current times show the need to rethink and renegotiate the connection between

national and regional responsibilities and global challenges. We are thus experiencing a unique set of international and regional circumstances that demand innovative, creative and even bold actions to exercise political leadership, according to the contemporary perspective of the global environmental agenda.

The paths emerging from this new moment of the multilateral cooperation system point to other possibilities for dealing with a global multi-polar world and accelerating inclusive cooperation. The connection among the paths for economic security, for addressing social inequalities (an integral part of the urgent renewal of the social contract) and for the solution for the triple global environmental crisis – climate, biodiversity loss and pollution – defines the quest for a society that is less vulnerable, less unequal, more resilient and more inclusive. It also shows, from this perspective, that the paths to international cooperation are no longer limited to relations between governments, conferring on other society players – particularly the private sector, subnational bodies and non-governmental organizations – the co-responsibility to act in appropriate scale and manner. Although economic security is a concept under development, requiring additional analyses, the recent UN-DESA recommendations [1] point towards a deeper understanding and integration with government policies.

A new political mindset is required to deal with the emerging global agenda, in which current geopolitical and economic tensions highlight the challenges of transition and transformation of development processes imposed by potential limits, defined by nature, to coexistence and survival of a global population on the order of ten billion people. More than ever,

a real understanding of the intergenerational perspective is revealed to be strategic for the future of humankind, that is, a greater clarity of the impacts and implications of the aging population, in addition to the urgent need for reversal, today, of the inefficient use of natural resources throughout the planet. The inescapable convergence of the Anthropocene and digital-technological eras will happen.

At a moment in which Brazil would have all the conditions to lead a transition consistent with contemporary challenges, the country finds itself isolated in the international agenda. From the regional perspective, the weakened integration and the loss of leadership in South America generate the need to renew relations with the environment. In the Amazon region, the country will not be able to move forward in the environmental-climate agenda without integrated policies with its Pan Amazon neighbors. The region has a competitive edge in sectors that, if chosen as areas for strategic sustainable development and for acquiring political capital, could place countries strategically on the geopolitical board. In the Southern Cone, coordination of their own environmental and climate policies and strategies with the other Mercosur members is an essential condition for any prospect of effective implementation of the difficult Mercosur-European Union agreement and to move forward on other paths of international cooperation and trade, notably South-South relations.

On a national scale, the country has weakened its successful international path in the environmental-climate area due to the erosion of its policies and its national environmental and scientific institutions. A lack of international dialogue, signs

of rupture with traditional cooperation partners, as well as the absence of efficient, successful or negotiated processes in the formulation and management of environmental and climate policies leave Brazil a political role marked by failure and retrogression. Exclusion goes beyond political isolation, sending the country back to the status of a supporting actor, on the sidelines of the political stage of the international agenda and driven by interests that expose its diminishing and political irrelevance.

The recent change of the Brazilian government position declared at COP 26 (“no longer blocking” international negotiations in the environmental-climate area) is not perceived as a return of Brazil to the international game since environmental diplomacy depends on solid national policy in this area, and what we see is a total mismatch between international discourse and practice at home. For example, while Brazil committed itself to the Zero Deforestation Pledge at COP 26 in Glasgow, deforestation levels in Brazil grew rapidly, accompanied by the dismantling of command-and-control bodies such as IBAMA and ICMBio. This detachment of national policies from the international narrative leads to additional wear and tear impacting Brazil’s credibility, trust and image, signaling a lack of seriousness of the current representatives of the federal government, when their actions are at odds with the undertaken commitments.

The destruction of the Amazon with the uncontrolled increase of deforestation and illegal mining, the violation of the rights of traditional peoples, the dismantling of public environmental management systems and the banning of civil society participation in the processes of discussion and formulation of

public policies led to an unprecedented exposure of the country to the international community, compromising the space for dialogue and the building of common interests.

This dehydration of its international role in this agenda has impacts and possible loss of Brazil's reputation with as yet unmeasurable consequences requires an urgent repositioning of the country. It is essential to have a strong position in environmental-climate geopolitics, since these issues play a vital role in a sustainable development project that is prosperous, inclusive, and low-carbon, permitting Brazil to have a less vulnerable and less unequal future. Addressing climate change and adopting environmental sustainability bring concrete benefits to our development that go well beyond repairing any image and reputation damage. Unfortunately, given the uncontrolled deforestation in the Amazon and Cerrado, the country is among the ten largest carbon emitters, in addition to engendering setbacks in its objectives to mitigate greenhouse gases by committing to an increase (and not a reduction) of future emissions under the Paris Agreement.

The Brazilian economy is very vulnerable to the possible effects of the environmental-climate crisis when about 50% of its GDP is based on products that depend heavily on nature cycles. Though abundant in natural resources, wastage is a hallmark of the country with significant rates of loss of forests, soil and water resources, for example. In the international sphere, water security has become a strategic issue of national, regional and global interest, defined as a crucial economic and social, as well as environmental, problem.

Brazil is not excluded from the environmental-climate emergency that can lead to instability in the areas of food and water security or in global public health. Addressing the environmental-climate emergency requires connected actions, whose dimension and direction are given by national and subnational realities, as well as innovative systems of governance that allow us to deal with our short-term ambiguities and tensions and promote robust and consistent short-term and long-term solutions. We must not lose sight of the fact that our immense potential for efficiently generating clean energy and for nature-based solutions (NBS) make the transition a unique opportunity to generate a cycle of transformative investments for the Brazilian economy.

By insisting on the current retrogression and on a lack of vision of what needs to be done and of awareness that time is short, Brazil is not only out of sync with the rest of the world but is also losing the opportunity to conceive a contemporary sense of the country, taking into account its singularities, adopting bold actions, and incorporating the present. This lack of vision of a unique, low-carbon and inclusive Brazil downgrades us as a society and separates us from the contemporary world. We must think on our own and not imitate or fear other countries. And to do so, we must review attitudes toward social and environmental inequalities and undertake an international dialogue with our own voice. It is important to know that the gods move on and do not always bless the same place. The world has changed. Brazil needs to change.

CHALLENGES:

The perspective of a connected multilateral system imposes challenging paths for international governance models, as it recognizes the crisis with nature as a priority, with strong transformational impact and requiring an urgent solution. Although it is important to recognize its longevity – but this does not mean its automatic regeneration –, the multilateral system clearly needs to gain efficiency, diversity and inclusion. The crisis affecting humankind not only requires a new relationship with nature and the planet and a new relationship between the environment and the economy, but perhaps another expression of humanism and international solidarity.

The challenges of Brazil require overcoming tensions in the environmental-climate field that reenact, today, the mistakes of the past. To overcome our historical underdevelopment, we will have to think about the Brazilian socioeconomic development based on our comparative environmental advantages and invest massively in education and research so that we can add value to our nature and biodiversity. We must leave behind the retrogressions that exclude a fairer and less vulnerable future and deal with challenging realities such as the fragile effective cooperation among international institutions. We must recognize that the changes that mark contemporary life do not necessarily find – at the international level – governance arrangements and institutions prepared to deal with them. The challenges of the digital-technological era are representative of this scenario.

The challenge is significant, but Brazil has all the conditions to lead a transition to an economy that addresses the climate, economic and social crises. To this end, political actors need to demonstrate that they understand that the environmental-climate crisis is not isolated from the multiple social and economic crises. Also, for this reason, it is necessary to go beyond government action. This should not be a debate restricted to the federal government's environmental portfolio. It must be redesigned to include multiple society and government actors in the decision-making process of the development of the country. A development that leads to emissions reduction, with the end of deforestation and accelerated energy and industrial transition as well as a regenerative agriculture, while promoting economic opportunities and reducing inequalities. Brazil needs to aim for the decarbonization of its economy and leave deforestation and erosion of its institutions in the past. It is imperative that the political debate on democracy and climate guide the political engagement of Brazilian society, political parties and the legislative and judicial institutions. This change in global outlook and individual and collective behavior should no longer be limited to alerts raised by science. We must move forward in forging the networks that mobilize formulation of public policies and society in its choices for political representation.

The common responsibility of societies and governments is gaining new form and is challenging the international debate. Although Brazil seems distant or on the sidelines of the debate on the renewal of multilateralism, from the perspective of the government, we must spotlight the international assertive action of its civil society, private and financial sectors as well as its scientific institutions.

The adoption of a distant and sometimes antagonistic stance with respect to the global dynamics involving environmental and climate issues may prove wrong. We also see that the actions that seek the strength of the multilateral system operate in a network, no longer in silos, and that the processes connect, as in the case of the revamping of the international trade system.

Ignoring the value of forest ecosystems for contemporary Brazil is also worrisome. The protected Amazon is a fundamental part of the world's climate security, new green economies (and associated economic and financial incentives), economic growth, social inclusion and fair national transition. It makes no sense whatsoever to obstruct the relations of power with the agents of transformation of the international economy, as there is nothing to be gained in advancing the issues of national interest using arguments of threat to its sovereignty. The environmental heritage of Brazilian biodiversity is being decimated by environmental crime perpetrated by Brazilians. This heritage, which belongs to Brazilians, is the algorithm for the economic security of Brazil with positive regional and global externalities.

Furthermore, dealing with *short-termism* is a strategic goal, as it is a barrier that postpones the future. According to science, there is not much time left to buy. In addition to removing Brazil from the global game and compromising the adoption of public and private governance systems guided by network action, transparency, trust and democracy, Brazil falls short of Brazil. It doesn't understand its singularities, imitates other countries very badly and rejects its destiny of an environmental-climate power in the transformation of the world guided by carbon neutralization and the decarbonization of their development paths.

Finally, the background of the new international order has climate geopolitics as one of its guiding elements of expression of power and of global importance. For Brazil, its transcendent Brazilianness is seen in its environmental and cultural assets and the political ambition determined by its rain forests - the Amazon and the Atlantic Forest - and the other biodiverse biomes - Cerrado, Pampa, Caatinga and Pantanal. The idea of a future Brazil that is better and fairer relies on the bold affirmation of our singularities and on an international dialogue based on assertiveness in the solutions adopted and in time. There is no longer room for retrogression and postponements. The possible contradictions of a Brazil who knows how to deal with the urgency of the present must be guided by choosing a low-carbon future and not by the past. Brazil must negotiate its climate ambitions understanding the intergenerational dimension and its commitment to improve in the future. This path towards a better country in the future (and not a country of the future) must be agreed upon with society and be guided by a network of concrete interests of political alliances both here and abroad. Just as there are no two Brazils, there are no two Earths.

The following recommendations are guided by the need for Brazil to think on its own, to not isolate itself in the past, to build alliances and partnerships with Brazilians and with the international community, and also to seek to ensure its political identity in the intergenerational credibility of its democratic governance. The suggested measures include foreign policy and Brazilian diplomacy and the new dynamics of international cooperation involving public, private and civil society actors.

RECOMMENDATIONS:

REPOSITION ENVIRONMENTAL-CLIMATE POLICY AS ONE OF THE CORE ISSUES OF BRAZIL'S DEVELOPMENT MODEL AND DEFINE THE COUNTRY'S STRATEGIC VISION FOR DECARBONIZATION.

In order for Brazil to comply timely with the international commitments made under the Paris Agreement and the United Nations Framework Convention on Climate Change, it is imperative to structure a strategic vision with short, medium and long-term goals. This planning should be based on the institutional strengthening of the responsible bodies, progress in energy and industrial transitions and the effective incorporation of the climate agenda into the political agenda. To do so, consideration of the following topics is recommended:

- » To make best use of resources and streamline implementation, **planning for decarbonization should be based on a survey and mapping of the current “state of the art”**. Among the required actions are: a) compile intelligible data based on scientifically recognized methodologies that demonstrate the status of Brazil's emissions; b) develop plans to implement targets for emission reduction and for climate change

adaptation, also bearing in mind the incorporation of sectoral commitments made outside the scope of the Paris Agreement into climate policy and the NDC; c) map functions and mandates of existing bodies, agencies and structures related to Brazilian political governance, to prevent gaps and uncoordinated overlap; d) identify which bodies are the most capable of planning and implementing the necessary efforts to meet the country's goals, endowing them with the financial and human resources needed to carry out commitments; e) detail and analyze macro-governance in the territorial management of the country and its compatibility with national development models, including policies aimed at forests, reforestation, land use, agriculture, livestock, watersheds and water management, irrigation, water supply and multiple uses, management models, funding, police authority and government obligations.

- » **Promote an in-depth and participative debate on the possibility and feasibility of developing public climate and environmental policies in Brazil, with a view to the formulation of a *Brazilian Green New Deal*.** Brazil must explore the possibility of **structuring roadmaps for key sectors for decarbonization**, with special emphasis on the need for sectoral, intermediate and cost-estimated targets, including the challenges of the progressive climate ambition of Brazil and the strategies for implementing a mitigation and adaptation agenda by 2025. An approach that emphasizes overcoming social inequalities must be an essential part of this effort.

- » There must be greater in-depth discussion with the international community on the best global practices related to sustainable urban development with **subnational actors**. The sustainability of cities is an important international urban agenda to be explored and discussed, in line with the 11th SDG of Agenda 2030. In this regard, **states and municipalities should also adopt climate policies and commitments**. Although the active participation of the federal government is an imperative, since the regulatory policy – which falls under its responsibility – is a pillar of the ecological transition, subnational governments are responsible for the management of public services that directly impact national results, such as transport, sanitation and waste management.
- » To complement its NDC, Brazil should also put forward a Fair Transition Plan, detailing not only the sectoral mitigation plans, but also how these plans will impact the most vulnerable groups and workers and what kind of support would be needed from the international community to ensure a socially and economically viable transition. Likewise, ideally this plan should present the opportunities created by the transition, fostering a new economic model, together with an increase in the ambition of the Brazilian NDC and its implementation instruments. The strategic context is to connect vision and actions taking into account the global contexts of climate, food, nutrition, energy, water and human-social security. Brazil is a country of and with solutions to the environmental-climate crisis. It cannot and must not downsize its interests and the audacity to act and call to action.

REPOSITION THE BRAZILIAN AMAZON IN THE DEBATE ON THE DEVELOPMENT OF THE COUNTRY AND, CONSEQUENTLY, IN FOREIGN POLICY – WITH SPECIAL ATTENTION TO THE PAN AMAZON

The Amazon places Brazil in the world and plays a key role in the climate security of the planet. Its accelerated degradation and the threat of its point of no-return undermine the country's position in climate geopolitics. In this century, the Brazilian political and economic role in the international context demands a new vision to promote the sustainable development of the Amazon, respecting Indigenous and traditional peoples, as well as its integration to contemporary Brazil on the path to a fair and inclusive transition. The coordinated regional integration processes in South America and/or transnational alliances with countries that have forests, within the framework of an innovative South-South cooperation, are central to the Amazon and have an undeniable appeal. If, a few decades ago, the debate was restricted to specific niches and forums, currently the strengthened role and weight of the agenda makes it impossible to relegate it to *low politics* and disconnect it from other global debates. The agenda of contemporary sustainability is no longer confined to the limits of preservation, and it increasingly covers the triple global environmental-climate crisis: climate disruption, biodiversity loss and increased pollution and environmental degradation.

With regard to the climate emergency, special attention should be paid to forests and oceans for their role in ecosystem

equilibrium and carbon sequestration. In Brazil, there is particular vulnerability in both agendas, given the increasing risks to the Amazon, Cerrado forest formations, the coastal zone and marine ecosystems. In the case of the Amazon region, in addition to the unquestionable need for investment in activities to combat deforestation and for monitoring, it is essential to resume and retrieve the importance of structuring the future of the Amazon, taking into account the challenges of the standing forest, its restoration and the planning of new public and private management arrangements. Part of this effort is the redefinition of the governance of territorial management among the Federal Government, states and municipalities; the strategies for public security and national defense; the emergence of new green economies; the regulatory frameworks for the allocation and demarcation of public lands; the strategies for regeneration of abandoned lands, with attention to the agenda of nature-based solutions and the potential for carbon stock and removal. In addition, there are demands for new platforms for public policies for social-environmental protection and pollution control, in particular in the use of mercury associated to illegal mining practices and the ensuing contamination of food chains with impacts on the health of local populations.

Challenges in the planning and use of urban areas include greater public security for the local population, job generation, biodiversity conservation and water security policies and the well-being of the Amazon dwellers, based on their values and cultural reality. A new vision based on the low-carbon economy should welcome the role of food security of Brazilian tropical agriculture, from family agriculture to agribusiness. Livestock and its competitiveness require special attention in

the Brazilian strategy of banning deforestation, traceability of value chains, its relationship with national and international trade. The emergence of a 4.0 bioeconomy finds a home in the Amazon and requires structured processes for public policies and business models in the areas of science and innovation and the commercialization of *bioproducts*.

PROMOTE A SOUTH AMERICAN POLICY, FOCUSING ON REGIONAL DEVELOPMENT FOR DECARBONIZATION AND REDUCTION OF INEQUALITIES

For Brazil and the rest of South America to move forward on the environmental-climate agenda, it is necessary to reflect on the possible ways to strengthen a regional multilateral narrative to the benefit of coordinated action. Given the urgency imposed by the multiple contemporary crises and the absence of a tradition of building common positions among the countries of the region on this issue, perhaps the most promising path is to think of convergent policies - but not necessarily consensual - and possible shared paths, since the challenges imposed by nature do not obey geographical borders and require specific and scalable policies. In this regard, some strategic lines are:

- » Within the framework of regional governance, existing political and institutional structures must be reformed taking into account the emergence of climate governance systems that are no longer limited to public actors. **Mercosur, the Amazon Cooperation Treaty (ACT) and**

the Escazu Agreement are poorly aligned for addressing the triple global environmental crisis and the necessary integration between the climate and biodiversity agendas.

- » At the heart of a South American regional strategy, it is important to negotiate a **plan for decarbonization and regional energy integration** by reducing fossil fuels – still widely extracted and used in the region – towards clean sources, which the vast majority of countries have potential to develop. Furthermore, South American countries need to enable means of harmonization, implementation and improvement of national emissions accounting and control systems, because their absence or operational limitation makes it difficult to create policies to reduce emissions and to prepare inventories at a regional level. Other central elements are the implementation of common public environmental management instruments such as climate and biodiversity regulatory framework laws, carbon neutrality plans and their respective goals translated into the NDCs, in addition to a common view of the vulnerabilities of regional territories and the implementation of adaptation processes with the key economic sectors of the region as well as of resilient urban and digital infrastructure systems.

- » **Ratify the Regional Agreement on Access to Information, Public Participation and Justice in Environmental Matters in Latin America and the Caribbean (known as the Escazu Agreement)**, a mechanism to ensure greater public participation in environmental decisions and environmental justice.

INSERT THE ENVIRONMENTAL-CLIMATE AGENDA AT THE CORE OF BILATERAL AND MULTILATERAL DIALOGUE AND ITS FOREIGN POLICY VISION

It is essential that Brazil re-establish channels of dialogue and rebuild trust within the international community, with donors, multilateral banks, UN agencies and the international financial community to advance their goals for mitigation and adaptation and for conserving biodiversity. The use of multilateral, regional and bilateral dialogue spaces is essential for Brazil to renew its commitments, being active and proactive in the global debate on climate change and socio-environmental protection. In this context, it seems appropriate that Brazil should rethink and restructure its bilateral engagement and the forging of alliances, including the possibility of accession to the Organization for Economic Cooperation and Development (OECD). Brazil must include the environmental-climate agenda in high-level dialogues and in memoranda of cooperation with strategic partners such as the United States, Germany, the United Kingdom, Norway, China, India, South Africa and Indonesia, besides, of course, Latin America. From the multilateral perspective, Brazil must renegotiate its insertion in emerging or consolidated areas of international cooperation, the relationship with the Global South and G77, G20, BRICS, IBAS and BASIC.

ENCOURAGE AND RESTRUCTURE THE *CLIMATE FINANCING SYSTEM* AND ITS VARIOUS INSTRUMENTS

Achieving the Paris Agreement targets and adopting the Glasgow Climate Pact demand policies that enable public and private sector engagement in investment and financing of resilient, long-term solutions. Keeping in mind its climate mitigation goals, Brazil must move along development paths that do not lead to ambiguities or setbacks in its strategic outlook for neutralizing emissions. It must also have a portfolio of projects that allow the unlocking of the investments necessary to address climate change and promote new paths of economic growth and social inclusion.

The climate emergency is proof of the delay in adopting global measures to address and adapt to climate change. The urgency of the warming planet requires immediate action by countries and their societies, which needs strategies for investments and financing scalable, quality projects. The scale of the demand for financing includes resilience and adaptation, economic transformation in the context of a fair transition, innovation to achieve carbon emissions neutralization and the protection and restoration of natural capital.

These paths demand solutions that are not only limited to public money. The importance of improving existing market mechanisms for access to private capital, as well as the development of dedicated carbon markets and the changing level of financing from multilateral development banks have

always been on the agenda and are expected to advance over the next two years in blended financing schemes. Especially for NBS initiatives, it is necessary to seek other financing modalities and other actors, such as philanthropy and associated investment funds. Climate finance will increasingly influence development finance, whose resource flows involve a great diversity of actors and decision dynamics.

Global supply chains and routes driven by the ESG platform can also be essential for the leap in investments and financing that Brazil requires for its low-carbon path. Connecting the green and climate finance agendas also allows the country to move forward in the field of new economies, notably bioeconomy and circular economies, enabling progress towards a fair transition of its mitigation and resilience processes. The increasing pressure on large corporations to report Scope 3 emissions is expected to generate growing interest from small and medium-sized companies in decarbonization programs

As to the protection of natural capital, the rational use of financial and natural resources by encouraging nature-based solutions makes Brazil an important player. Using nature itself as a solution to ecosystem balance has the double effect of promoting its preservation and presenting the best cost-benefit ratio when compared to exogenous actions. NBS have the potential to provide benefits for conserving biodiversity; strengthening the bond of local communities with the natural resources of the land; and linking sources of public funding with private investments. It is an agenda that requires the structuring of new business models, an efficient regulation by the public sector and committed action by the private sector.

ANALYZE AND ENHANCE NEW CLIMATE GOVERNANCE SYSTEMS, ADDRESSING THE CHALLENGES OF FAIR TRANSITION, CONVERGENCE OF TECHNOLOGICAL INNOVATION, STRENGTHENING DEMOCRACY AND INTERGENERATIONAL IMPACTS

At a time of crisis in democracy, it must be understood that this crisis does not only occur during electoral periods, but throughout the mandates, in participatory mechanisms such as parliamentary committees, accountability and transparency, access to information, freedom of the press, and space for dialogue with the opposition, for example. In the link between climate and democracy, the quality of democracy and the awareness of **the asymmetric impacts that the environmental-climate issue imposes on humankind** are central issues. However, generally, the agenda is still mostly presented as separate from the agendas of democracy and development, even if they all require increasing connectivity. Therefore, it is necessary to:

- » **Nationally, strengthen climate governance** through initiatives such as the creation of a Climate Secretariat, with ministerial status, that answers directly to the President's Office and enables the participation of all Ministries and organizations such as BNDES and the national funding system.

- » **Internationally, rethink models for global governance, going beyond the United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC).** A possibility

is the Just Energy Transition Partnership (JET-P) format, implemented in countries such as South Africa and Indonesia.

- » **Strengthen civil society participation mechanisms, not restricted only to traditional environmental movements**, innovating by establishing new decision-making formats in which multiple actors have direct and effective participation.

- » In order to promote the cross-cutting nature of the agenda, **it is imperative to include environmental rights in the human rights and civil rights agendas**, through the development of policies for climate migration, combating social, racial and gender inequalities, strengthening the role of indigenous peoples and the rise of the concept of climate citizenship.

- » Climate governance arrangements should consider the Federal Constitution when analyzing the regulatory impact, that is, allow correct dimensioning, and provide transparency on the impact of the State action on a matter of general interest to economic agents, consumers, services users and society in general. It seems relevant and essential that climate governance arrangements lead to decision-making processes that take into account analyses of the costs of climate actions and their effects on economic sectors and people's lives. The benefits as well as any fine adjustments or the possible balance must be part of the processes of public climate governance.

Based on the recommendations presented above, we may conclude that it is extremely important that the next government is aware that acting on the environmental-climate agenda in a positive way is unavoidable if Brazil's national goals are to be achieved. Environment and climate cannot be dissociated from debates on development, combating poverty, health, energy, income, food security, urban planning and human rights, among others that directly impact the well-being of populations. Only thus will it be possible to build a reality in which all the issues are viewed in an interconnected manner and are prioritized during the development of public policies, especially Brazil's foreign policy. The climate and environmental crisis is, above all, a discussion of development and international political economy.

KEYWORDS

Environment. Climate Change. Amazon. Development.

REFERENCE

[1] UN-DESA,

The United Nations High-Level Advisory Board on Economic and Social Affairs, *Six Big Questions for the Global Economic Recovery – The UN-High Level Advisory Board Q&A Compendium*, 2022 United Nations, NY.

AUTORES | AUTHORS



IZABELLA TEIXEIRA

Conselheira Emérita do CEBRI e Ministra do Meio Ambiente (2010-2016). É, também, Co-Chair do Painel Internacional de Recursos Naturais da ONU Meio Ambiente (IRP/UNEP) e membro do Conselho Consultivo de Alto Nível da UN-DESA.

Ao longo de sua carreira, Izabella Teixeira ocupou diferentes posições administrativas no Ministério do Meio Ambiente, no Governo do Estado do Rio de Janeiro e no IBAMA, onde ingressou em 1984. Desempenhou papel chave na negociação do Acordo de Paris e foi nomeada, em 2012, para servir no Painel de Alto Nível de Pessoas Eminentes para a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015.

Em 2013, ganhou o Prêmio Global “Campeões da Terra”, da ONU Meio Ambiente, pela sua contribuição para reduzir o desmatamento na Amazônia. É mestre em Planejamento Energético e doutora em Planejamento Ambiental pela COPPE/UFRJ.

Trustee Emeritus at CEBRI and Minister of Environment (2010-2016). She is also Co-Chair of the International Resource Panel of the UN Environment (IRP/UNEP) and member of the High Level Advisory Board of UN-DESA.

Throughout her career, Izabella Teixeira held different administrative positions in the Ministry of Environment, in the Rio de Janeiro State Government and in IBAMA, where she joined in 1984. She played a key role in the negotiation of the Paris Agreement and was appointed, in 2012, to serve on the High-Level Panel of Eminent Persons for the Post-2015 Development Agenda. In 2013, she won the UN Environment’s “Champions of the Earth” Global Award for her contribution to reducing deforestation in the Amazon. She holds a Master’s degree in Energy Planning and a PhD in Environmental Planning from COPPE/UFRJ.

WINSTON FRITSCH

Conselheiro Emérito do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI). O Dr. Fritsch é Diretor Presidente da Struttura Desenvolvimento e Financiamento de Projetos e da WF Consultores Associados. Foi CEO da Petra Energia, Diretor-Gerente do Lehman Brothers no Brasil, CEO do Dresdner Bank no Brasil, Sócio da Rio Bravo Investimentos, e Sócio-Sênior da Orienta Investimentos, associada com a Nomura Securities.

Foi Presidente do Conselho da Associação Brasileira de Bancos Internacionais e membro do Conselho da Febraban. No governo brasileiro, foi Secretário de Política Econômica no Ministério da Fazenda. Foi Diretor da Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Decano do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio, professor do Programa de MBA no COPPEAD Graduate School of Business, que é a Escola de Negócios da UFRJ e é membro do Conselho Consultivo Internacional da London Business School. O Dr. Fritsch recebeu diploma de bacharel e mestrado em Engenharia na UFRJ, e PhD em Economia da Universidade de Cambridge.

Trustee Emeritus at the Brazilian Center for International Relations (CEBRI). Dr. Fritsch is President Director of Struttura Development and Project Finance and WF Associate Consultants.

He was CEO of Petra Energia, Managing Director of Lehman Brothers in Brazil, CEO of Dresdner Bank in Brazil, Partner of Rio Bravo Investimentos, and Senior Partner of Orienta Investments, associated with Nomura Securities. He was Chairman of the Board of the Brazilian Association of International Banks and member of the Board of Febraban.

In the Brazilian government, he was Secretary of Economic Policy at the Ministry of Finance. He was Director of the School of Economics and Administration of the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ), Dean of the Center for Social Sciences of PUC-Rio, Professor of the MBA Program at COPPEAD Graduate School of Business, which is UFRJ's Business School and is a member of the International Advisory Board of the London Business School. Dr. Fritsch, received a bachelor's and master's degree in Engineering from UFRJ, and a PhD in Economics from the University of Cambridge.

ANA TONI

Ana Toni é Diretora Executiva do Instituto Clima e Sociedade - ICS. Economista e doutora em Ciência Política, Ana possui longa

trajetória no trabalho junto ao terceiro setor e no fomento de projetos voltados à justiça social, à promoção de políticas públicas, à área do meio ambiente e mudanças climáticas e à filantropia. Ana foi Presidente do Conselho do Greenpeace Internacional (2011 a 2017), diretora da Fundação Ford no Brasil (2003-2011) e da ActionAid Brasil (1998-2003). Foi membra do conselho do GIFE, Fundo Baobá para Equidade Racial e Sociedade e Wikimedia Foundation, entre outros. Atualmente é integrante dos conselhos da Gold Standard Foundation, Instituto República, Transparência Internacional-Brasil, e do Instituto Pesquisa Ambiental da Amazônia -IPAM.

Ana is an economist and has a PhD in political science. She is currently the executive director of the Institute for Climate and Society (ICS). Ana is the co-founder of GIP (Public Interest Management). She was chair of the board of Greenpeace International from 2010 to 2017. Ana has extensive experience working in the areas of public policy advocacy, environment and climate change, sustainable development and philanthropy. She has been a board member of several organizations, such as GIFE Brazil, WINGS, ITS and the Wikimedia Foundation. She is presently a member of the Network of Brazilian Women Leaders for Sustainability and a board member of Agência Pública, Gold Standard Foundation, Climainfo, Instituto República, International Transparency and IPAM.

DANIELA LERDA

Senior Fellow do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI). É representante do Brasil na Nia Tero. Foi coordenadora da Aliança pelo Clima e Uso da Terra no Brasil da Fundação Ford no Rio de Janeiro e antes de ingressar na CLUA, liderou a PADMA Environmental Consulting, uma empresa que ela fundou para trabalhar na intersecção de negócios e conservação da biodiversidade.

Daniela também passou três anos no Funbio, onde, entre outras responsabilidades, facilitou uma rede de 22 fundos fiduciários de conservação em nome da RedLAC, a Rede Latino-Americana de Fundos Fiduciários Ambientais. Antes disso, foi diretora de subsídios do Fundo de Parceria para Ecossistemas Críticos, atuando como oficial de Programas da América do Sul, responsável pela supervisão de subsídios a mais de 300 organizações da sociedade civil.

Ela também atuou como diretora de Alcance de Conservação e Treinamento Comunitário na Conservation International e anteriormente como diretora de Comunicações Globais e, no início de sua carreira, no Banco Interamericano de Desenvolvimento. Daniela tem um bsc em Ciências Humanas e Psicologia pela Royal

Holloway University of London e um mestrado em Educação Internacional e Ecologia pela George Washington University.

Senior Fellow at the Brazilian Center for International Relations (CEBRI). She's Brazil Representative at Nia Tero.

Former Coordinator of the Ford Foundation's Alliance for Climate and Land Use in Brazil in Rio de Janeiro. Before joining CLUA, she led PADMA Environmental Consulting, a company she founded to work on the intersection of business and biodiversity conservation. Ms. Lerda also spent three years at Funbio where, among other responsibilities, she facilitated a network of 22 conservation trust funds on behalf of RedLAC, the Latin American Network of Environmental Trust Funds.

Prior to that, she was Grant Director for the Critical Ecosystems Partnership Fund, acting as a Program Officer for South America, responsible for overseeing grants to over 300 civil society organizations. She also served as Director of Conservation Outreach and Community Training at Conservation International and previously as Director of Global Communications and, early in her career, at the Inter-American Development Bank.

Daniela holds a bachelor's degree in Humanities and Psychology from Royal Holloway University of London and a Masters in International Education and Ecology from George Washington University.

FRANCISCO GAETANI

Francisco Gaetani é Doutor em Administração Pública pela London School of Economics and Political Science (LSE) e Professor da EBAPE/FGV. Foi secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e diretor da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). É integrante da iniciativa Uma Concertação pela Amazônia e fellow do Instituto Arapyáú.

Francisco Gaetani holds a PhD in Public Administration from the London School of Economics and Political Science (LSE). He is a Professor at EBAPE/FGV. He was executive secretary of the Ministry of the Environment and the Ministry of Planning, Budget and Management, and director of the National School of Public Administration (ENAP). He is a member of the initiative Uma Concertação pela Amazônia and fellow at the Arapyáú Institute.

CONSELHO CURADOR | BOARD OF TRUSTEES

Presidente do Conselho Curador

| Chairman

José Pio Borges

Presidente De Honra

| Honorary Chairman

Fernando Henrique Cardoso

Vice-Presidentes

| Vice-Chairmen

José Alfredo Graça Lima

Jorge Marques de Toledo Camargo

Fundadores

| Founders

Carlos Mariani Bittencourt

Celso Lafer

Daniel Klabin

Gelson Fonseca Jr.

João Clemente Baena Soares

Marcus Vinicius Pratini

de Moraes

Maria do Carmo (Kati) Nabuco

de Almeida Braga

Roberto Teixeira da Costa

Eliezer Batista da Silva

(in memoriam)

Luciano Martins de Almeida

(in memoriam)

Luiz Felipe Palmeira Lampreia

(in memoriam)

Luiz Olavo Baptista

(in memoriam)

Sebastião do Rego Barros

(in memoriam)

Walther Moreira Salles

(in memoriam)

Vice-Presidentes Eméritos

| Vice-Chairmen Emeriti

Daniel Klabin

José Botafogo Gonçalves

Luiz Augusto de Castro Neves

Rafael Benke

Conselheiros Eméritos

| Trustees Emeriti

Izabella Teixeira

Luiz Felipe de Seixas Corrêa

Luiz Fernando Furlan

Marcos Azambuja

Pedro Malan

Rubens Ricupero

Winston Fritsch

Conselheiros

| Trustees

Ana Toni

André Lara Resende

André Clark

Armando Mariante

Armínio Fraga

Cláudio Frischtak

Clarissa Lins

Demétrio Magnoli

Edmar Bacha

Francisco Müssnich

Henrique Rzezinski

Ilona Szabó

Joaquim Falcão

José Aldo Rebelo

José Luiz Alquéres

Luiz Ildefonso Simões Lopes

Marcos Galvão

Paulo Hartung

Pedro Henrique Mariani

Renato Galvão Flôres Júnior

Roberto Abdenur

Roberto Jaguaribe

Ronaldo Veirano

Sergio Amaral

Tomas Zinner

Vítor Hallack

ASSOCIADOS | MEMBERS

Aegea
 Air Products
 Altera
 Australian Embassy in Brazil
 BAMIN
 Banco Bocom BBM
 BASF
 BAT Brasil
 Bayer
 BMA Advogados
 BRF
 Bristow
 Brookfield Brasil
 CCCC/Concremat
 Chinese Embassy in Brazil
 Consulate General of Ireland,
 São Paulo
 Consulate General of Mexico in
 Rio de Janeiro
 CTG Brasil
 Dynamo
 EDF Norte Fluminense
 EDP
 Eletrobras
 Embassy of Switzerland in Brazil
 Embraer
 ENEVA
 ENGIE Brasil
 Equinor
 ExxonMobil
 FCC S.A.
 Furnas
 Galp
 Grupo Lorentzen
 Grupo Ultra
 Haitong
 Huawei

IBÁ
 IBRAM
 Icatu Seguros
 Instituto Clima e Sociedade
 Itaú Unibanco
 Klabin
 Light
 Machado Meyer
 Mattos Filho Advogados
 Microsoft
 Museu do Amanhã
 Neoenergia
 Netherlands consulate-general
 in Rio de Janeiro
 PATRI
 Petrobras
 Pinheiro Neto Advogados
 Promon Engenharia
 Prumo Logística
 Repsol Sinopec
 Royal Norwegian Consulate in
 Rio de Janeiro
 Sanofi
 Santander
 Shell
 Siemens
 Siemens Energy
 SPIC Brasil
 State Grid
 Suzano
 Total E&P do Brasil
 Unilever
 Vale
 Veirano Advogados
 Vinci Partners

EQUIPE | TEAM

DIRETORIA | EXECUTIVE BOARD

Diretora-Presidente | CEO

Julia Dias Leite

Diretora de Relações Externas | Director of External Affairs

Carla Duarte

Diretora de Projetos | Director of Projects

Luciana Gama Muniz

Diretor Acadêmico | Academic Director

Feliciano Sá Guimarães

Diretora Administrativa Financeira | Administrative Financial Director

Ana Paula Marotte

PROJETOS | PROJECTS

Diretora Adjunta de Projetos | Deputy Director of Projects

Marianna Albuquerque

Coordenadores de Projetos | Project Coordinators

Léa Reichert

Paulo Robilloti

Barbara Brant

Thais Jesinski Batista

Analistas de Projetos | Project Analysts

Eduardo Neiva Souza

Larissa Vejarano

Estagiário

| Intern

Daniel Fontes

RELAÇÕES EXTERNAS | EXTERNAL AFFAIRS

Diretora Adjunta de Relações Externas | Deputy Director of External Affairs

Fernanda Araripe

Diretora Adjunta de Captação de Projetos

| Deputy Director of Fundraising

Maria Eduarda Marques

Coordenador de Relações Institucionais | Institutional Relations Coordinator

Fernando Mattos

EQUIPE | TEAM

Coordenador de Projetos Especiais

| Special Projects Coordinator

Caio Vidal

Analista de Projetos Especiais

| Special Projects Analyst

Lucas Bilheiro

Assistente de Parcerias

| Partnership Assistant

Beatriz Pfeifer

Assistente de Eventos

| Events Assistant

Isabella Ávila

COMUNICAÇÃO E EVENTOS

| COMMUNICATIONS AND EVENTS

Assistente de Comunicação

| Communications Assistant

Daniele Thomaselli

Gerente de Eventos

| Events Manager

Nana Villa Verde

ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

| ADMINISTRATIVE AND FINANCIAL

Analista de Eventos

| Events Analyst

Adriano Andrade

Gerente Administrativa-Financeira

| Administrative-Financial Manager

Fernanda Sancier

Analista de TI

| IT Analyst

Eduardo Pich

Analista Financeiro

| Financial Analyst

Eliana Mello

FICHA TÉCNICA | CREDITS

Tradução

| Translation

Maria Claudia Costa Vargas

Revisão de texto

| Editing

Wilma R. d' Oliveira Kroff

Projeto Gráfico

| Graphic Design

[Marijaguar Studio]

Mariana Jaguaribe L. Resende

Assistente Design

| Design Assistant

Heloisa Sato

Copyright © 2022

© CEBRI | Centro Brasileiro de Relações Internacionais

<https://www.cebri.org/>

Todos os direitos reservados.

cebri.org.br | cebri@cebri.org.br**LinkedIn** CEBRI | **Facebook** /cebrionline | **Twitter** @cebrionline**Instagram** @cebrionline | **Youtube** /CEBRionline

R. Marquês de São Vicente, 336 | Gávea | Rio de Janeiro | RJ | 22451-044 | +55 (21) 2206-4400

PENSAR
TO THINK
DIALOGAR
TO DIALOGUE
DISSEMINAR
TO DISSEMINATE
INFLUENCIAR
TO INFLUENCE

#2 THINK TANK BRASIL | BRAZIL
#2 THINK TANK AMÉRICA LATINA | LATIN AMERICA

SOBRE O CEBRI

O CENTRO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS É O THINK TANK REFERÊNCIA EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO BRASIL, O SEGUNDO DA AMÉRICA DO SUL E CENTRAL. É UMA INSTITUIÇÃO SEM FINS LUCRATIVOS, APARTIDÁRIA E INDEPENDENTE QUE HÁ 24 ANOS SE DEDICA À PROMOÇÃO DO DEBATE PLURAL E PROPOSITIVO SOBRE A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA. ESTÁ ESTRUTURADO A PARTIR DE 14 NÚCLEOS TEMÁTICOS, VOLTADOS A CONTRIBUIR PARA A INSERÇÃO INTERNACIONAL DO PAÍS E À FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS COM ESTE OBJETIVO. COM MAIS DE 100 ASSOCIADOS DOS MAIS RELEVANTES SEGMENTOS, A REDE DO CEBRI REÚNE E MOBILIZA ESPECIALISTAS DE ÁREAS DE ATUAÇÃO E LINHAS DE PENSAMENTO DIVERSAS, ALÉM DE ORGANIZAÇÕES EM TODO O MUNDO.

ABOUT CEBRI

THE BRAZILIAN CENTER FOR INTERNATIONAL RELATIONS (CEBRI) IS THE REFERENCE THINK TANK FOR FOREIGN AFFAIRS IN BRAZIL AND THE SECOND BEST THINK TANK IN SOUTH AND CENTRAL AMERICA. AN INDEPENDENT, NON-PARTISAN AND NON-PROFIT INSTITUTION, FOR 24 YEARS CEBRI HAS BEEN PROMOTING A PLURAL AND PROPOSAL-ORIENTED DEBATE ABOUT BRAZIL'S FOREIGN POLICY. IT IS STRUCTURED AROUND FOURTEEN THEMATIC PROGRAMS THAT CREATE POSITIVE CONTRIBUTIONS AND RECOMMENDATIONS FOR POLICY MAKING AND THE COUNTRY'S INTERNATIONAL AGENDA. CEBRI'S DIVERSE NETWORK COMPRISES MORE THAN 100 MEMBERS FROM A BROAD RANGE OF SECTORS, AND GATHERS SPECIALISTS FROM VARIOUS FIELDS OF EXPERTISE AND THOUGHT, AS WELL AS PARTNER INSTITUTIONS FROM AROUND THE WORLD.

“

Uma nova mentalidade política é necessária para lidar com a emergente agenda global-planetária, na qual as atuais tensões geopolíticas e econômicas evidenciam os desafios da transição e da transformação dos processos de desenvolvimento impostos pelos potenciais limites, determinados pela natureza, à convivência e sobrevivência de uma população global da ordem de dez bilhões de pessoas.

”

A new political mindset is required to deal with the emerging global agenda, in which current geopolitical and economic tensions highlight the challenges of transition and transformation of development processes imposed by potential limits, defined by nature, to coexistence and survival of a global population on the order of ten billion people.